

GRAFFI, G. Origem da linguagem e origem das línguas. Tradução de Ana Luisa Rosa Duro. Revisão da tradução de Sara Luiza Hoff. *ReVEL*, v. 24, n. 46, 2026. [www.revel.inf.br].

## Origem da linguagem e origem das línguas<sup>1</sup>

*Origin of language and origin of languages*

**Giorgio Graffi<sup>2</sup>**

**RESUMO:** A questão da monogênese *versus* poligênese das línguas humanas foi essencialmente negligenciada pela linguística contemporânea até o surgimento da pesquisa sobre a genética das populações humanas por L.L. Cavalli-Sforza e seus colaboradores, que trouxe à tona paralelos muito interessantes entre a distribuição das populações humanas e das famílias linguísticas. O presente artigo destaca alguns aspectos da história do problema e alguns pontos da discussão contemporânea. Primeiro, descreveremos o “paradigma bíblico”, que persistiu até o século XVIII, mesmo nos meios científicos. Em seguida, descreveremos alguns aspectos do debate do século XIX sobre monogênese *versus* poligênese das línguas e sobre as relações entre as línguas e as populações humanas: em particular, discutiremos as visões de Darwin, por um lado, e de alguns linguistas (Schleicher, M. Müller, Whitney e Trombetti), por outro. Veremos que suas posições coincidem apenas parcialmente; de qualquer forma, mostraremos que Darwin foi inspirado parcialmente pelos problemas da genealogia das línguas e que os linguistas, por sua vez, levaram em conta as visões de Darwin. Voltando ao debate atual, apresentaremos primeiro as posições dos linguistas que defendem a monogênese, nomeadamente J. Greenberg e M. Ruhlen, bem como as críticas levantadas contra os seus métodos pela maioria dos linguistas. Outros estudiosos, como D. Bickerton ou N. Chomsky, argumentam a partir de pontos de vista diferentes que o problema da monogênese *versus* poligênese das línguas é um “pseudoproblema”. Nós, no entanto, pensamos que, embora a questão não possa ser razoavelmente resolvida por meios linguísticos, ela não pode ser descartada como sendo sem sentido: é um problema antropológico, e não linguístico. Apresentaremos algumas reflexões e sugestões, à luz das quais a hipótese da monogênese linguística parece mais sustentável do que a da poligênese.

**PALAVRAS-CHAVE:** história da linguística; origem da linguagem; monogênese linguística; poligênese linguística; genética populacional.

**ABSTRACT:** The question of monogenesis vs. polygenesis of human languages was essentially neglected by contemporary linguistics until the appearance of the research on the genetics of human populations by L. L. Cavalli-Sforza and his collaborators, which brought to light very exciting parallels between the distribution of human populations and that of language families. The present paper highlights some aspects of the history of the problem and some points of the contemporary discussion. We first outline the “Biblical paradigm”, which persisted until the 18th century even in scientific milieus. Then, we outline some aspects of the 19th century debate about monogenesis vs. polygenesis of languages and about the relationships between languages and human populations: in particular, we will discuss the views of Darwin on the one hand and of some linguists on the other (Schleicher, M. Müller, Whitney and Trombetti). It will be seen that their positions only partly coincide; at any rate, it will be

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente na revista *Evolutionary Linguistic Theory* (v. 1, n. 1, 2019) com o título “Origin of language and origin of languages”. Os editores da ReVEL agradecem ao autor e à John Benjamins Publishing Company pela autorização para publicação desta tradução.

<sup>2</sup> Professor emérito da Universidade de Verona.

shown that Darwin was partly inspired by the problems of the genealogy of languages and that the linguists, for their part, took account of Darwin's views. Turning to today's debate, we first present the positions of the linguists arguing for monogenesis, namely J. Greenberg and M. Ruhlen, as well as the criticisms raised against their methods by the majority of linguists. Other scholars, such as D. Bickerton or N. Chomsky, essentially argue, from different points of view, that the problem of monogenesis vs. polygenesis of languages is a "pseudo-problem". We however think that, although the question cannot be reasonably solved by linguistic means, it cannot be discarded as meaningless: it is an anthropological rather than a linguistic problem. We present some reflections and suggestions, in the light of which the monogenetic hypothesis appears as more tenable than the polygenetic one.

**KEYWORDS:** history of linguistics; language origin; monogenesis of languages; polygenesis of languages; population genetics.

## 1. Observações preliminares

“A tradição filosófica incluiu sob o rótulo ‘origem da linguagem’ dois tópicos distintos: (1) a origem da faculdade da linguagem e (2) a origem das línguas” (Formigari 2013: 19)<sup>3</sup>. Hoje, os dois problemas são geralmente separados um do outro: o primeiro diz respeito ao surgimento de uma capacidade biológica, o segundo a um fenômeno histórico<sup>4</sup>. Dadas essas duas questões diferentes, o termo “protolíngua”, tal como usado na literatura linguística, tem dois significados (cf. Mufwene 2013: 17): pode se referir ao estágio inicial da linguagem humana (chamemos de protolíngua<sub>1</sub>) ou ao ancestral comum de todas as línguas pertencentes à mesma família (ou, possivelmente, de todas as línguas do mundo); vamos chamar a este significado protolíngua<sub>2</sub>. A questão relativa ao segundo significado de “origem da linguagem” e de “protolíngua” pode ser formulada da seguinte forma: todas as línguas do mundo derivam de uma única protolíngua<sub>2</sub> (*monogênese*) ou as várias famílias linguísticas (por exemplo, indo-europeia, afro-asiática, altaica, etc.) derivam cada uma de uma protolíngua<sub>2</sub> diferente (*poligênese*)? Embora o problema da origem da linguagem como capacidade humana seja atualmente um tema muito discutido, o problema da monogênese *versus* poligênese das línguas pode parecer um tanto marginal, mas isso não é totalmente verdade. De fato, a pesquisa sobre a genética das populações humanas realizada por L.L. Cavalli-Sforza e seus colaboradores, que trouxe à tona paralelos muito interessantes entre a distribuição das populações humanas e a das

---

<sup>3</sup> N.T: Ao longo deste artigo, nas citações, o autor recorreu tanto a traduções em inglês, assim como a traduções de sua própria autoria. O mesmo nos enviou todas as notas originais utilizadas na preparação do texto para que pudéssemos traduzi-las para o português. Assim, todas as traduções apresentadas neste texto são de nossa autoria.

<sup>4</sup> Como afirma Berwick *et al.* (2013: 89), “as línguas mudam ao longo do tempo, mas isso descreve a mudança dentro de uma única espécie e não deve ser confundido com o surgimento inicial da própria língua”.

famílias linguísticas (ver, por exemplo, Cavalli-Sforza *et al.* 1988; Cavalli-Sforza 2000), despertou um interesse renovado nesse tema. Os trabalhos acima citados, embora não explicitamente, sugerem a monogênese das línguas humanas: isso ocorre essencialmente porque a “árvore genealógica” das populações humanas se sobrepõem em grande medida à das línguas humanas esboçada por Greenberg e Ruhlen, dois estudiosos que defendem a monogênese (ver Ruhlen 1994). Essa conclusão, no entanto, está longe de ser compartilhada de maneira geral, como será visto na Seção 4, abaixo<sup>5</sup>.

Neste artigo, tentarei traçar um esboço histórico da questão da monogênese *versus* poligênese das línguas e apresentar algumas reflexões sobre o debate atual. Após uma seção dedicada ao que chamo de “paradigma bíblico” e às razões de sua persistência ao longo dos séculos (Seção 2), apresentarei os principais tópicos da discussão sobre monogênese *versus* poligênese durante o século XIX e o início do século XX (Seção 3). Por fim, discutirei alguns aspectos do debate atual e apresentarei algumas propostas próprias (Seção 4). A parte histórica pode ser interessante por si só, mas acredito que também seria útil para contextualizar melhor o debate atual, esclarecendo suas raízes.

## 2. O “paradigma bíblico” e as razões para sua persistência

O que chamamos de “paradigma bíblico” é uma interpretação desenvolvida durante a Idade Média sobre a história contida no livro do Gênesis. No capítulo 2, Deus e Adão conversam entre si: como a língua do Gênesis é o hebraico, presumiu-se que o hebraico fosse a protolíngua nos dois sentidos explicados acima, ou seja, o estágio inicial da faculdade da linguagem e o único ancestral de todas as línguas humanas. A diversidade das línguas derivaria da confusão causada por Deus quando a espécie humana tentou construir a torre de Babel (cf. Gênesis, capítulo 11). Uma das melhores formulações desse paradigma pode ser encontrada em *De vulgari eloquentia* (livro I, capítulo 6), de Dante: “Nessa forma de linguagem, Adão falava; nessa forma de

---

<sup>5</sup> De acordo com Mufwene (2013: 17), “a tendência dominante na linguística genética, que inspirou Cavalli-Sforza (2000), mas foi contestada por Trubetzkoy (1939), tem sido, de fato, a monogênese, postulando uma protolíngua da qual todos os membros de uma família linguística podem ser derivados”. Na verdade, Trubetzkoy (1939) não trata de forma alguma do problema da monogênese *versus* poligênese das línguas, mas apresenta uma proposta para definir a família linguística indo-europeia com base em critérios tipológicos, em vez de genealógicos.

linguagem, todos os seus descendentes falavam até a construção da Torre de Babel [...]. Assim, foi o idioma hebraico que os lábios do primeiro falante moldaram.” Portanto, a origem da faculdade da linguagem é identificada com a origem das línguas, e a posição monogenética é automaticamente implícita<sup>6</sup>.

Esse paradigma persistiu através do tempo, pelo menos até a Renascença, mas alternativas explícitas a ele no que diz respeito à origem da faculdade da linguagem só apareceram no século XVIII. Uma das mais bem-sucedidas foi proposta pelo filósofo francês E.B. de Condillac (1714–1780) (cf. Condillac, 1746, parte II, seção I, capítulo 1, § 1 ff., cf. também Condillac, 1775, parte I, capítulos 1–8). A explicação de Condillac é a seguinte: como eclesiástico, Condillac não podia contestar abertamente a autoridade da Bíblia. Ele então apresentou sua hipótese sobre a origem da linguagem como uma mera suposição, alternativa à versão bíblica. Ele não se referiu, portanto, ao Jardim do Éden, onde Adão e Eva teriam falado a língua que lhes foi dada diretamente por Deus, mas assumiu “que duas crianças, uma de cada sexo, algum tempo após o dilúvio, se perderam no deserto antes de terem aprendido o uso de qualquer sinal” (Condillac 1746: 113). Essas crianças no deserto têm alguns sentimentos: por exemplo, a sensação de fome está ligada a um objeto que poderia satisfazê-la. Quando uma das crianças tem essa sensação, ela começa a gritar e gesticular. A outra criança é, portanto, estimulada a satisfazer a necessidade de seu colega, fornecendo-lhe o objeto que ele deseja. Com o passar do tempo, as crianças começaram a associar esses gritos e gestos ao objeto desejado: essa é a primeira forma de linguagem, chamada de *langage d’action* por Condillac. Os sinais da *langage d’action* tornaram-se familiares: as crianças, “pouco a pouco, [...] conseguiram fazer por reflexão o que antes faziam apenas por instinto” (Condillac 1746: 115). Os sinais pertencentes à *langage d’action* nos permitem estabelecer e ampliar o conhecimento que nos é dado pela percepção (a única fonte de conhecimento, segundo Condillac). Com as gerações subsequentes, a *langage d’action* não foi gradualmente substituída por um meio de comunicação muito mais complexo, a linguagem dos sons articulados (Condillac 1746: 116).

---

<sup>6</sup> Além dessa explicação “babélica”, há outro relato bíblico sobre a diversidade linguística, denominado “noáquico”. Após o dilúvio, os três filhos de Noé (Sem, Cão e Jafé) deram origem às novas populações da Terra (cf. Gênesis, capítulo 9): essa divisão dos povos teria causado a diferenciação das línguas. Esse relato noáquico se desenvolveu desde a época do Renascimento, como uma alternativa mais “secular” ao relato babélico (ver Tavoni 1998).

Rousseau (1755) refere-se à obra de Condillac como aquela que lhe deu “a primeira ideia” de como a linguagem se originou. Ele levanta, no entanto, o que poderíamos chamar de “problema de Rousseau”, que é o seguinte: “se os homens precisaram da palavra para aprender a pensar, precisaram ainda mais saber pensar para encontrar a arte da palavra” (Rousseau 1755: 77). Condillac assumiu, de forma mais ou menos implícita, uma espécie de “círculo virtuoso” entre a linguagem e o pensamento: o último permite que o primeiro passe do instinto à reflexão, e o primeiro permite que o último se desenvolva e se esclareça. Rousseau, ao contrário, parece sentir que esse círculo é vicioso em vez de virtuoso.

Alguns anos mais tarde, o gramático N. Beauzée (1717–1789), no item *Langue*, escrito para a *Encyclopédie de Diderot e D’Alembert*, volta explicitamente ao paradigma bíblico para superar o “problema de Rousseau”. Ele afirma, em primeiro lugar, que:

[Se] os homens começassem a existir sem falar, nunca falariam. Quando se conhece algumas línguas, pode-se facilmente inventar outra; mas se não se conhece nenhuma, nunca se conhecerá nenhuma, a menos que se ouça outra pessoa falar (Beauzée 1765: 252).

Foi Deus quem deu ao primeiro casal humano a faculdade da linguagem e a possibilidade de exercê-la, falando hebraico. Beauzée, portanto, conclui fazendo a seguinte pergunta retórica:

Não é claro que existia apenas uma língua até o momento em que Deus quis pôr fim à sua empreitada, *unum labium omnibus?* [...] Que o meio que ele usou para conseguir isso foi a divisão da língua comum [...]? (Beauzée 1765: 252).

Dois problemas precisavam ser resolvidos: a origem da faculdade da linguagem e as relações entre a suposta protolíngua e as línguas existentes. O recurso de Beauzée ao relato bíblico ofereceu uma solução para ambos os problemas: a faculdade da linguagem foi dada por Deus a Adão e Eva ao falar com eles em hebraico; a confusão babélica explica a diversidade das línguas. Os dois significados de “protolíngua” que citamos no início deste artigo ainda coincidem.

### **3. Algumas discussões do século XIX e início do século XX: O problema da origem da linguagem e a teoria da evolução**

A narrativa bíblica, no entanto, foi abandonada no início do século XIX, especialmente pelo padre Schlegel (1772–1829). Schlegel (1808) avançou a hipótese de que o sânscrito era a língua-mãe de todas as línguas indo-europeias, que, segundo ele, eram essencialmente diferentes de todas as outras línguas do mundo, sendo “orgânicas”, enquanto estas últimas eram “mecânicas”.<sup>7</sup> Essa suposição necessariamente o levou a resolver o problema da origem da linguagem de uma forma contrária ao paradigma bíblico. Schlegel admitiu “a origem espontânea das línguas em geral”, mas, ao mesmo tempo, rejeitou a teoria de que todas as línguas “eram originalmente semelhantes, e igualmente cruas e irregulares em sua primeira construção” (Schlegel 1808: 455). Por meio de sua hipótese da poligênese das línguas, Schlegel também explica (implicitamente) a origem da faculdade da linguagem: os seres humanos são dotados de diferentes faculdades linguísticas porque suas línguas derivam de protolínguas que são basicamente diferentes. A presença de alguns tons racistas nessa visão deve ser evidente.

O trabalho de Schlegel deu um impulso decisivo ao nascimento da gramática histórico-comparativa das línguas indo-europeias, que se desenvolveu durante o século XIX através dos trabalhos de estudiosos como Franz Bopp (1791-1867), August Schleicher (1821-1868) e vários outros. Bopp (como muitos outros linguistas que trabalhavam nessa área) não tratou explicitamente nem do problema da origem da linguagem nem da questão da monogênese *versus* poligênese das línguas. No entanto, estudiosos como Schleicher, Max Müller (1823-1900) e William D. Whitney (1827-1894) estavam bastante envolvidos com essas questões. É quase padrão opor os dois primeiros linguistas ao terceiro, uma vez que Schleicher e M. Müller defendiam uma visão naturalista da linguagem e da linguística, enquanto Whitney defendia uma visão sociohistórica. Na verdade, as coisas não são tão simples assim, como veremos em breve. Outro clichê que caracteriza muitos manuais de história da linguística (ver, por exemplo, Mounin 1974: 199) é a suposição de que as visões de Schleicher sobre a linguagem (e, depois dele, as de M. Müller) foram influenciadas pela teoria da seleção natural de Darwin. É certo que o trabalho teórico de Schleicher sobre a linguagem e as

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre o pensamento linguístico de Schlegel, consulte Timpanaro (1977). Cf. também Morpurgo-Davies (2014: 66-82), que é a referência básica para a história da linguística do século XIX e, posteriormente, para muitos dos tópicos discutidos nesta seção.

línguas mostra afinidades surpreendentes com o darwinismo, mas não foi influenciado por Darwin, uma vez que Schleicher já havia apresentado suas opiniões alguns anos antes de 1859 (ano do lançamento de *A origem das espécies*, de Darwin). Na verdade, é Darwin quem se inspira na linguística histórico-comparativa, e não o contrário, como mostra claramente a seguinte passagem:

Pode valer a pena ilustrar essa visão de classificação, tomando como exemplo o caso das línguas. Se possuíssemos uma árvore genealógica perfeita da humanidade, uma organização genealógica das raças humanas proporcionaria a melhor classificação das várias línguas atualmente faladas em todo o mundo [...] a organização adequada, ou mesmo a única possível ainda seria genealógica; e isso seria estritamente natural, pois conectaria todas as línguas, extintas e modernas, pelas afinidades mais próximas, e daria a filiação e a origem de cada língua (Darwin 1859: 422).

Portanto, de acordo com Darwin, a árvore genealógica das línguas humanas deve sobrepor-se à das populações humanas (“raças”, na terminologia do século XIX). Como a classificação genealógica se baseia nas “características [...] que foram herdadas de um progenitor comum”, como afirma Darwin duas páginas antes do trecho acima (Darwin 1859: 420), podemos concluir que ele assumiu uma posição monogenética em relação à origem das línguas. Darwin (1859) não trata da evolução do homem, que é o tema de Darwin (1871), onde, além disso, as obras de Schleicher e M. Müller são citadas (cf., por exemplo, Darwin 1871: 56). Nesse livro, embora admita que “a linguagem articulada é [...] peculiar ao homem” (Darwin 1871: 54), Darwin conclui afirmando “que a linguagem deve sua origem à imitação e à modificação, auxiliadas por sinais e gestos, de vários sons naturais, as vozes de outros animais e gritos instintivos do próprio homem” (Darwin 1871: 56). Darwin, portanto, pressupõe uma continuidade entre a linguagem humana e os sistemas de comunicação animal.

Passamos agora aos linguistas citados acima, a saber, Schleicher, M. Müller e Whitney. Podemos observar, em primeiro lugar, que todos eles distinguem claramente o problema da origem da faculdade da linguagem, por um lado, do problema da monogênese *versus* poligênese das línguas, por outro. Tanto Schleicher (1860: 37) quanto Whitney (1887: 201) afirmam que o primeiro problema não é linguístico, mas “antropológico”. De acordo com M. Müller (1885: vol. 1, 392, destaque original), “é bastante claro que não temos meios de resolver o problema da origem da linguagem *historicamente*”. Por outro lado, suas opiniões sobre ambas as questões divergem, mas,

enquanto Schleicher e M. Müller concordam sobre o primeiro tópico, mantendo uma opinião oposta à de Whitney, sobre o segundo tópico (ou seja, monogênese *versus* poligênese das línguas), M. Müller e Whitney contrariam a posição de Schleicher.

Schleicher e M. Müller defendem que a linguagem é exclusivamente humana. Schleicher (1865: 14–15) escreve: “a linguagem, ou seja, a expressão de pensamentos por meio de palavras, é a única característica exclusiva do ser humano [...] nenhum animal tem a capacidade de expressar diretamente pensamentos por meio de sons”. Na mesma linha, M. Müller (1873a: 674) defende: “[...] independentemente do que os animais possam fazer ou não fazer, nenhum animal jamais falou”. Ele também afirma:

O Sr. Darwin [...] sente a dificuldade da linguagem, ele admite isso plenamente; mas, não percebendo o quanto é pressuposto pela linguagem – considerando a linguagem como um meio de comunicação, em vez de formação do pensamento, ele acredita que ela pode ser, no homem, um desenvolvimento de germes que podem ser descobertos nos animais (M. Müller 1873b: 23).

Whitney, ao contrário, não exclui uma espécie de continuidade entre os sistemas de comunicação animal e a linguagem humana: “o fato de que o cão e muitos outros animais não estão muito distantes de uma capacidade de linguagem é demonstrado ainda mais por sua habilidade de compreender e obedecer ao que lhes é dito” (Whitney 1884: 5).

Passemos agora à nossa segunda questão, a saber, monogênese *versus* poligênese das línguas. De acordo com Schleicher (1865: 22-23), “é positivamente impossível reduzir todas as línguas a uma única e mesma protolíngua. Em vez disso, a partir de uma pesquisa imparcial, resultam tantas protolínguas quantas as famílias linguísticas que podem ser distinguidas”. Tanto M. Müller quanto Whitney contestam essa posição decididamente poligênica, não excluindo a possibilidade de uma monogênese das línguas. O primeiro acadêmico escreve:

não apenas dialetos diferentes e línguas diferentes, mas famílias diferentes de línguas com raízes diferentes para seu abastecimento, poderiam assim ter surgido de uma fonte comum; e negar a possibilidade de uma origem comum das famílias de línguas ariana e semítica, desse ponto de vista, seria simplesmente absurdo (M. Müller 1873b: 20).

Whitney critica abertamente Schleicher em relação a esse ponto (assim como a muitos outros), sustentando que a afirmação deste último, segundo a qual “é absolutamente impossível remontar todas as línguas a uma única língua original”, é

“totalmente errada e até mesmo um completo *non sequitur* a partir das premissas que ele mesmo aceita” (Whitney 1873: 325). Whitney, assim como M. Müller, não vê qualquer dificuldade, em princípio, em assumir a hipótese monogenética:

as línguas humanas podem muito bem ter se tornado tão diferentes quanto às encontramos hoje, mesmo que todas elas descendam do dialeto rudimentar e pouco desenvolvido de uma única família ou tribo original (Whitney 1884: 396).

Tanto Schleicher quanto M. Müller discutem o problema das relações entre línguas e “raças” (ou seja, populações). De acordo com o primeiro estudioso, “o sistema natural das línguas é, na minha opinião, ao mesmo tempo o sistema natural da humanidade” (Schleicher 1865: 18). Portanto, dadas as suposições poligênicas de Schleicher, pode-se concluir que ele também assume uma poligênese das populações humanas. M. Müller, ao contrário, afirma que nenhuma das duas hipóteses sobre a origem das línguas, monogênica ou poligênica, implica a mesma hipótese sobre a origem do homem, e vice-versa:

Se pudesse ser provado que as línguas tiveram origens diferentes, isso não implicaria, de forma alguma, a admissão de origens diferentes para a raça humana. Pois, se considerarmos a linguagem como algo natural ao homem, ela poderia ter surgido em épocas diferentes e em países diferentes entre os descendentes dispersos de um casal original. Tampouco se poderia concluir, se fosse possível provar que todos os dialetos da humanidade apontam para uma fonte comum, que, portanto, a raça humana deve descender de um único casal. Pois a linguagem poderia ter sido propriedade de uma raça favorecida e ter sido transmitida de pais para filhos, e, se assim fosse, ela poderia ter sido abandonada por outros povos e, em alguns casos, até mesmo por membros da própria raça que a possuíam. Também não se seguiria, se pudesse ser provado que todos os dialetos da humanidade apontam para uma fonte comum, que, portanto, a raça humana deve descender de um casal. Pois a linguagem poderia ter sido propriedade de uma raça favorecida e ter sido comunicada às outras raças no decorrer da história (Max Müller 1885: vol 1, 372–373).

O problema da relação entre as línguas e as populações humanas também é abordado pelo linguista italiano Alfredo Trombetti (1866–1929), em um livro que defende veementemente a hipótese monogenética (Trombetti 1905), como fica claro em seu título (*L'unità d'origine del linguaggio*). Apesar do fato de que nesse título “língua” aparece no singular, e não no plural, Trombetti não trata da origem da faculdade da linguagem humana, mas da monogênese *versus* poligênese das línguas. Isso é claramente afirmado no início de seu livro, onde, no entanto, uma possível conexão entre os dois problemas é sugerida:

Tendo desejado evitar neste trabalho qualquer pesquisa de natureza pouco positiva, abstive-me de tratar a questão da origem da linguagem. É certo, porém, que, além do estudo das condições psicofísicas nas quais e pelas quais a linguagem humana pôde se formar e evoluir, os elementos antigos comuns a tantos grupos linguísticos podem fornecer uma excelente base para quem deseja pesquisar quais relações intercedem entre o signo e a coisa significada. É claro, de fato, que tais relações só podem ser encontradas quando se tem diante de si elementos que, tanto pela forma quanto pelo significado, parecem verdadeiramente primitivos. As especulações que poderiam ser feitas de outra forma não têm qualquer valor (Trombetti 1905: vii).

Sobre as relações entre línguas e populações, Trombetti escreve:

A linguagem, é verdade, não é uma característica necessariamente hereditária como a estrutura física, mas, na realidade, a concordância entre línguas e raças é a regra, a discordância é a exceção. [...] Consideramos, portanto, a monogênese da linguagem, no mínimo, como um argumento bastante forte para a monogênese do homem. [...] Para admitir a possibilidade, e nada mais, de origens independentes em vários lugares da Terra, seria necessário admitir que o precursor teria sido um animal cosmopolita, o que não é admitido pelos seguidores de Darwin (Trombetti 1905: 55–58).

Podemos resumir a discussão até agora por meio dos seguintes pontos. (1) Os dois problemas da origem da linguagem humana e da monogênese *versus* poligênese das línguas são claramente distinguidos tanto por Darwin quanto pelos linguistas que abordamos, que não são diretamente inspirados por Darwin, mas, mesmo assim, conhecem e discutem suas opiniões. (2) No que diz respeito ao primeiro problema, Darwin assume uma continuidade entre a linguagem humana e os sistemas de comunicação animal: essa visão é rejeitada por Schleicher e Max Müller, enquanto é compartilhada por Whitney. (3) O segundo problema é tratado em conexão com o da origem da espécie humana e das várias populações humanas. Darwin defende a monogênese de ambos. Schleicher defende a poligênese das línguas e dos seres humanos; Max Müller e Whitney afirmam que a monogênese de ambos não pode ser excluída. Trombetti defende veementemente a monogênese das línguas, que ele apresenta como uma forte prova da monogênese dos seres humanos. A hipótese monogenética de Trombetti não teve sucesso entre seus colegas linguistas, uma vez que era essencialmente improvável do ponto de vista linguístico. Por exemplo, F. de Saussure observou:

A parentela universal das línguas não é provável, mas mesmo que fosse verdadeira – como acredita um linguista italiano, o Sr. Trombetti –, não poderia ser comprovada, devido ao grande número de mudanças ocorridas (Saussure 1922: 192).

Encerramos esta seção com uma referência inevitável: a chamada “proibição” da *Société Linguistique de Paris* em relação a qualquer tipo de pesquisa sobre a origem da linguagem. « *La Société n’admet aucune communication concernant, soit l’origine du langage soit la création d’une langue universelle* » [“A Sociedade não admite qualquer comunicação relativa à origem da linguagem ou à criação de uma língua universal”] (*Statut de la Société de Linguistique de Paris*, art. 2, 1866). Argumenta-se frequentemente que essa “proibição” causou uma redução drástica nos estudos sobre a origem da linguagem, que durou quase um século. Na verdade, ela não teve nenhum efeito prático por muitas décadas: linguistas ilustres como Max Müller, Whitney, Schuchardt (1928: 254-310) e Jespersen (1922: 412-442) trataram exaustivamente desse tema. O problema da origem da faculdade da linguagem nunca foi completamente abandonado, mesmo nas décadas seguintes (cf., entre outros, Hockett 1960, Hockett/Ascher 1964). Houve um declínio no interesse, especialmente em relação ao problema da monogênese *versus* poligênese das línguas (embora com algumas exceções também nesse caso, como Swadesh 1971). Essa mesma questão, no entanto, voltou com força à ribalta com os resultados da genética populacional, que forneceram uma nova base para a análise das relações entre línguas e grupos humanos, e à qual nos voltamos agora.

#### 4. Uma análise do debate atual

Os resultados do grupo de pesquisa liderado por L. L. Cavalli-Sforza podem ser resumidos da seguinte forma. (1) A espécie *Homo sapiens* tem uma única origem, na África, por volta de 200.000 anos. Há cerca de 100.000 anos, a espécie havia se espalhado pela África Oriental, África do Sul e Oriente Médio. (2) Entre 70.000 e 60.000 anos atrás, a espécie começou a se espalhar pelo mundo: primeiro pela Ásia Central e Sul, depois pela Europa, Oceania e Américas. (3) A árvore genealógica das populações coincide em grande parte com a árvore genealógica das línguas proposta por Greenberg e Ruhlen. Ruhlen é um defensor convicto da hipótese da monogênese, que lembra explicitamente as sugestões de Trombetti:

Uma [...] consequência da monogênese é que se torna possível, pelo menos teoricamente, comparar uma árvore filogenética da família humana baseada

em traços linguísticos com uma baseada em traços biológicos. [...] em vários trabalhos publicados durante o primeiro quarto do século XX, o linguista italiano Alfredo Trombetti procurou estabelecer a monogênese da linguagem humana comparando raízes lexicais e gramaticais de línguas e famílias linguísticas em todo o mundo (Ruhlen 1994: 263).

Não é de se admirar, portanto, que Ruhlen receba com especial satisfação os resultados de Cavalli-Sforza e seus colaboradores: “trabalhos recentes de L. L. Cavalli-Sforza *et al.* (1988) mostram que as correlações entre classificações biológicas e linguísticas são de natureza muito íntima” (Ruhlen 1994: 273).

Os métodos de Ruhlen e Greenberg para demonstrar relações linguísticas, no entanto, não encontram concordância na comunidade de linguistas. Como pode ser visto na referência a Trombetti na citação acima, Ruhlen insiste no fato de que tais relações devem se basear na comparação de “raízes lexicais e gramaticais”. Ao contrário, o método padrão da linguística histórico-comparativa, desde seus primórdios no início do século XIX, baseia-se nas correspondências sistemáticas entre os sons das línguas (as chamadas “leis fonéticas”, em alemão *Lautgesetze*). Trombetti (1905: 24) não “nega a importância das leis fonéticas”, mas sugere que, em alguns casos, é aconselhável derogá-las. Possivelmente, essa foi a razão pela qual o ensaio de Trombetti não foi levado em consideração por seus contemporâneos; e essa mesma crítica se aplica aos métodos e supostos resultados de Greenberg e Ruhlen.

A questão da monogênese *versus* poligênese das línguas humanas parece, portanto, não apresentar nenhum progresso significativo em relação à situação de um século atrás: como Saussure sugeriu em sua avaliação do ensaio de Trombetti, parece ser um problema essencialmente insolúvel e, portanto, não científico. Tal conclusão, no entanto, me parece demasiado drástica: o estado dos nossos conhecimentos não é o mesmo que era entre o final do século XIX e o início do século XX. Naquela época, M. Müller podia tratar as hipóteses da poligênese das línguas e monogênese dos seres humanos, por um lado, e da monogênese das línguas e poligênese dos seres humanos, por outro, com base em um conjunto equivalente de evidências (ver seção 3, acima). Por sua vez, Trombetti derivou a monogênese dos seres humanos de sua suposta demonstração da monogênese das línguas. Hoje, o ponto de partida é exatamente o oposto do de Trombetti: embora tenhamos pouca ou nenhuma evidência linguística para a monogênese das línguas, temos evidências substanciais para a monogênese da espécie humana, fornecidas por pesquisas sobre a genética das populações.

Vimos na seção anterior que alguns linguistas do século XIX chamavam o problema da monogênese *versus* poligênese das línguas de “linguístico”, enquanto rotulavam como “antropológico” o da origem da faculdade da linguagem. Eu inverteria essa abordagem: a questão da origem da faculdade da linguagem é um problema tipicamente linguístico (ou, melhor, biolinguístico), enquanto a da unidade ou multiplicidade original das línguas é essencialmente antropológica. Se, como dissemos acima, o fracasso de tentativas como as de Trombetti ou Ruhlen para provar a monogênese das línguas mostra que esse problema provavelmente é insolúvel por meios linguísticos, podemos indagar se uma pista para sua solução pode ser fornecida por considerações de natureza antropológica. Não sendo antropólogo, não se pode esperar que eu ofereça qualquer solução adequada; as observações a seguir são meras sugestões.

Seria de se esperar que os linguistas “orientados para a cultura” estivessem mais inclinados a apoiar a posição poligênica: uma vez que (na opinião deles) as línguas são produtos históricos, que podem diferir umas das outras sem qualquer limite, elas poderiam ter se originado em lugares e épocas diferentes. No entanto, mesmo dentro desse grupo de estudiosos, as opiniões não são unânimes: por exemplo, Evans e Levinson (2009: 477) defendem a posição monogenética, enquanto outros são mais ou menos decididamente contra ela (ver, por exemplo, Nichols 2012: 572; Mufwene 2013: 49). Entre os linguistas “orientados para a biologia” (por exemplo, Chomsky, mas também outros estudiosos que não concordam totalmente com sua visão da faculdade da linguagem e de sua origem), o problema ainda parece ser amplamente ignorado ou considerado um “pseudoproblema”. Vamos comparar as posições de Derek Bickerton e Noam Chomsky sobre esse assunto. De acordo com Bickerton (2010: 210),

A linguagem surgiu através da pressão seletiva em direção a um tipo de sistema comunicativo capaz de deslocamento que já havia funcionado com sucesso em outras espécies – um sistema projetado para recrutamento, a fim de explorar fontes ricas de alimento. Essa pressão criou uma protolíngua inicialmente rudimentar e primitiva, mas em cérebros de magnitude muito maior do que os das formigas ou abelhas, tal sistema não poderia se limitar à sua função inicial. Uma vez estabelecida, a própria protolíngua tornou-se uma pressão seletiva para sua própria expansão e para mecanismos que então regularizariam e, assim, automatizariam e desambiguariam proposições cada vez mais longas – mecanismos como estrutura hierárquica e recursão.

Chomsky considera a suposição de Bickerton sobre uma protolíngua (no sentido de protolíngua<sub>1</sub>, acima) essencialmente inútil e sem fundamento. Além disso, ele não atribui a origem da faculdade da linguagem a qualquer necessidade comunicativa, mas a algum tipo de “reconfiguração do cérebro”:

Podemos sugerir o que parece ser a especulação mais simples sobre a evolução da linguagem. Dentro de um pequeno grupo do qual todos descendemos, ocorreu uma reconfiguração do cérebro em algum indivíduo, chamemos-lhe Prometeu, resultando na operação de fusão ilimitada, aplicando-se a conceitos com propriedades complexas (e pouco compreendidas). [...] Prometeu tinha muitas vantagens: capacidade de pensamento complexo, planejamento, interpretação e assim por diante. A capacidade seria então transmitida às gerações seguintes, passando a predominar (o que não é uma questão trivial, ao que parece, mas vamos deixar isso de lado). Nessa fase, haveria uma vantagem na externalização, de modo que a capacidade poderia vir a ser ligada como um processo secundário ao sistema SM para externalização e interação, incluindo a comunicação [...] (Chomsky 2010: 59).

“Fusão ilimitada” designa uma capacidade mental dos seres humanos, que consiste essencialmente em uma combinação recursiva de elementos. Devemos também lembrar que, de acordo com Chomsky, a linguagem, ou, mais exatamente, a “língua-I” (linguagem interna), em sua terminologia técnica, é um fenômeno individual (“I” significa “interno”, “individual” e “intencional”; cf., por exemplo, Chomsky 2000: 118–119). Essa capacidade “interna” (ou seja, mental) é “externalizada” quando se expressa por meio de alguns sistemas sensório-motores (SM): os sons, em primeiro lugar, mas também os sinais manuais, no caso das línguas de surdos-mudos. A comunicação não é a fonte da linguagem, mas sim um de seus efeitos.

Apesar dessas diferenças importantes, tanto Bickerton quanto Chomsky assumem que a faculdade da linguagem é biologicamente limitada. Eles também demonstram uma atitude análoga em relação à questão da monogênese *versus* poligênese das línguas mundiais. De acordo com Bickerton, a questão “a linguagem começou em um único lugar ou em vários?” é “irrelevante”. A diversificação das línguas é limitada por um “envelope biológico”, que “garantiria que todas as línguas se conformassem a um padrão semelhante, mesmo que os ancestrais dessas línguas tivessem se desenvolvido em lugares e épocas diferentes” (Bickerton 2007: 13).

As opiniões de Chomsky sobre o assunto podem ser resumidas pela seguinte citação:

Por que existem tantas línguas? A razão pode ser que o problema da externalização pode ser resolvido de muitas maneiras diferentes e independentes, seja antes ou depois da dispersão da população original. Resolver o problema da externalização pode não ter envolvido uma mudança evolutiva, ou seja, uma mudança genômica. Pode ser simplesmente um problema abordado por processos cognitivos existentes, de maneiras diferentes e em momentos diferentes. Às vezes, há uma tendência enganosa de confundir mudança evolutiva literal com mudança histórica, dois fenômenos totalmente distintos (Chomsky 2010: 61).

Tanto Bickerton quanto Chomsky consideram, portanto, a origem da faculdade da linguagem humana como a única questão realmente interessante, uma vez que levanta um problema evolutivo: como essa faculdade se desenvolveu dentro de uma única espécie, ou seja, os seres humanos? A diversificação da linguagem é apenas um fato acidental, uma vez que é sempre limitada pelas barreiras da dotação biológica inata que forma nossa capacidade linguística inata.

No entanto, como foi afirmado acima, não creio que esse problema possa ser descartado tão simplesmente. Tentarei enquadrá-lo em uma perspectiva consistente com a visão chomskiana da linguagem e de sua natureza. Uma vez que, dentro dessa perspectiva, a linguagem é um fenômeno individual, podemos reformular o problema da monogênese ou poligênese das línguas da seguinte forma: a faculdade da linguagem surgiu originalmente em um indivíduo ou em vários indivíduos? E esse indivíduo (ou esses indivíduos) pertencia(m) a um ou mais grupos? Antes de tentar responder a essas perguntas, devemos lembrar que a posse da faculdade da linguagem humana e a possibilidade de comunicação são uma vantagem extraordinária do ponto de vista da seleção natural. Esse é o único ponto em que divergimos de Chomsky, não em princípio, mas na ênfase dada aos diferentes fatores: o fato da linguagem não ter se desenvolvido para necessidades de comunicação (como Chomsky corretamente supõe, na minha opinião) não pode nos fazer ignorar sua importância como ferramenta de comunicação (como Chomsky faz, ou parece fazer). Cavalli-Sforza *et al.* (1988: 6006) escrevem:

Quais estímulos determinaram e quais tecnologias ajudaram na expansão dos humanos modernos por toda a Terra? Parece muito provável que uma vantagem biológica, que pode ter se desenvolvido lentamente ao longo de milhões de anos e passado por uma etapa final apenas com o surgimento dos humanos modernos, tenha desempenhado um papel importante: uma linguagem totalmente desenvolvida. [...] De um ponto de vista especulativo, parece razoável que uma comunicação mais eficiente possa melhorar as técnicas de caça e coleta, favorecer laços sociais mais fortes e facilitar a

disseminação de informações úteis para movimentos migratórios. Isso também torna mais fácil entender o rápido desaparecimento dos neandertais, se eles eram biologicamente dotados de uma fala de qualidade mais modesta do que os humanos modernos.

Dada essa enorme vantagem seletiva da linguagem como meio de comunicação e o fato de que a monogênese do *Homo sapiens* parece ter sido estabelecida, afirmações como a de que as línguas-mãe poderiam ter surgido “em diferentes lugares e em diferentes épocas” (Bickerton) ou que a linguagem poderia ter sido externalizada “antes ou depois da dispersão da população original” (Chomsky) precisam, no mínimo, de algumas qualificações. Se a linguagem apareceu (ou “se externalizou”) em um único grupo, mas não nos outros antes da dispersão das populações, o “grupo dotado de linguagem” teria tido uma enorme vantagem seletiva em relação aos outros, que estavam, portanto, condenados à extinção. Nesse cenário, a hipótese da monogênese das línguas parece mais razoável do que a da poligênese. É claro que a hipótese poligênica poderia ser perfeitamente razoável se assumirmos que a externalização da linguagem ocorreu somente após as primeiras migrações das populações humanas de seu assentamento africano original. Essa possibilidade não pode ser excluída com certeza, mas podemos observar que a migração exigiria uma tecnologia bastante sofisticada e a possibilidade de comunicação detalhada, ambas certamente apoiadas pela posse de uma ferramenta complexa e articulada como a linguagem humana.

Neste ponto, porém, temos que explicar como e por que as línguas se tornaram diferentes umas das outras. No quadro gerativo, uma proposta interessante nesse sentido foi apresentada por M. Baker (2003). De acordo com Baker (2003: 351), “nossa faculdade de linguagem poderia ter o propósito de comunicar informações proposicionais complexas aos membros do nosso grupo, ocultando-as dos membros de outros grupos”. Assim, diferentes grupos humanos teriam desenvolvido diferentes línguas para protegê-las de grupos rivais, ocultando a comunicação interna do grupo. Poderíamos chamar a explicação de Baker de “hipótese de Babel com um sinal invertido”: ao contrário do paradigma bíblico, a diversificação das línguas não seria prejudicial, mas sim benéfica para os seres humanos. Tal explicação é, sem dúvida, engenhosa e estimulante; no entanto, também existem explicações mais simples e tradicionais. Saussure (1922: 198) afirma que “o tempo é, na verdade, a causa da diferenciação linguística” (uma intuição semelhante já pode ser encontrada no tratado

*De vulgari eloquentia*, livro I, capítulo 9, de Dante). Não é nem mesmo necessário que as populações se separem umas das outras para que surjam diferenças dialetais.

Falando da diversificação das línguas indo-europeias, Saussure (1922: 209–210) observa que “as diferenciações dialetais poderiam e deveriam ter surgido antes que essas nações se espalhassem em várias direções”. Esses fatos não são misteriosos, mas derivam da natureza individual da linguagem: se assumirmos que as línguas são fenômenos individuais, a mudança e a diferenciação (é claro, no sentido histórico, não evolutivo; ver Chomsky 1986: 10) são inevitáveis.

Chomsky não foi o primeiro estudioso a afirmar que a linguagem é um fenômeno individual: uma posição análoga foi defendida várias décadas antes dele pelo linguista neogramático Hermann Paul (1846–1921). Paul afirma que “existem tantas línguas quantos indivíduos” (Paul 1910: 368; ver também Paul 1920: Capítulo 1; para uma comparação das visões de Paul e Chomsky, ver Graffi 1995). Dessa perspectiva, o problema não é mais explicar a diversidade linguística, mas sim a possibilidade de comunicação entre diferentes indivíduos. Isso acontece devido à inter-relação (*Verkehr*, nas próprias palavras de Paul) entre os indivíduos, que gera uma espécie de “média” de suas diferentes línguas. É claro, observa Paul, a intensidade da inter-relação, seja ela maior ou menor, é o fator crucial na produção de tal média. Além disso, as línguas mudam porque cada indivíduo “está vinculado à tradição em sua atividade linguística, mas um certo grau de liberdade está sempre à sua disposição” (Paul 1910: 369). Assim, qualquer nova geração, ou melhor, qualquer novo descendente, mudaria automaticamente a língua de seus pais.

Voltemos agora à imagem que esboçamos acima e resumamos nossos pontos. (1) Partimos do princípio, com base nos resultados da genética populacional, que um pequeno grupo de indivíduos na África Oriental foi o ancestral da espécie humana. (2) Conjeturamos que a faculdade da linguagem surgiu (pelo menos) em um indivíduo (o “Prometeu” de Chomsky; ver acima) e foi geneticamente transmitida a alguns ou a todos os seus descendentes. (3) Em um determinado momento, essa faculdade se externalizou em um ou mais desses indivíduos, cuja inter-relação deu origem a um primeiro exemplo de protolíngua<sup>2</sup>. As vantagens evolutivas da externalização da linguagem e da origem de um meio de comunicação são óbvias. (4) As línguas mudam inevitavelmente, porque são fenômenos principalmente individuais: sua diferenciação

pode ser devida ao aumento do distanciamento geográfico dos grupos populacionais após sua migração de seu assentamento original, mas também ao simples passar do tempo. (5) Portanto, todas as línguas do mundo podem ter se originado da mesma protolíngua<sub>2</sub>; sua reconstrução, no entanto, é impossível de ser alcançada usando métodos linguísticos confiáveis.

## Referências

BAKER, M. Linguistic differences and language design. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 7, n. 8, p. 349–353, 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S1364-6613\(03\)00157-8](https://doi.org/10.1016/S1364-6613(03)00157-8)

BEAUZEE, N. Langue. In: *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, Tome IX. Neufchâtel: Faulche, 1765. p. 249–266 [English translation by J. Wallhager. Ann Arbor: Michigan Publishing, University of Michigan Library, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027/spo.did2222.0003.190>. Acesso em: 19 out. 2018.

BERWICK, R. C.; FRIEDERICI, A. D.; CHOMSKY, N.; BOLHUIS, J. Evolution, brain, and the nature of language. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 17, n. 2, p. 89–98, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2012.12.002>

BICKERTON, D. Language Evolution: A Brief Guide for Linguists. *Lingua*, v. 117, p. 510–526, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2005.02.006>

BICKERTON, D. *Adam's Tongue: How Humans Made Language, How Language Made Humans*. New York: Hill & Wang, 2010.

CAVALLI-SFORZA, L. L. *Genes, Peoples, and Languages*. New York: Harper, 2000.

CAVALLI-SFORZA, L. L.; PIAZZA, A.; MENOZZI, P.; MOUNTAIN, J. Reconstruction of human evolution: Bringing together genetic, archaeological, and linguistic data. *PNAS*, v. 85, p. 6002–6006, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.85.16.6002>

CHOMSKY, N. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge U. P., 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511811937>

CHOMSKY, N. Some simple evo-devo theses: how true might they be for language? In: LARSON, R. K., DÉPREZ, V., YAMAKIDO, H. (eds.): *The Evolution of Human Language*. Biolinguistic Perspectives. Cambridge: Cambridge U. P., 2010. P. 45–72. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511817755.003>

CONDILLAC, E. B. De. *Essai sur l'origine des connoissances humaines*. 1746. [quoted from the edition by R. Lenoir. Paris: Armand Colin, 1924; English translation by H. Aarsleff. Cambridge: Cambridge U.P., 2001].

CONDILLAC, E. B. de. *Cours d'études pour l'instruction du Prince de Parme*. Tome premier: Grammaire. Parme: Imprimerie Royale, 1775.

DARWIN, C. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection*. London: Murray, 1859.

DARWIN, C. *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*. London: Murray, 1871.

EVANS, N.; LEVINSON, S. C. The myth of language universals: Language diversity and its importance for cognitive science. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 32, p. 429–492, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999094X>

FORMIGARI, L. L'origine del linguaggio: Ricognizioni storiche e valenze epistemologiche. In: BANFI, E. (ed.): *Sull'origine del linguaggio e delle lingue storico-naturali. Un confronto tra linguisti e non linguisti*. Roma: Bulzoni, 2013. p. 13–21.

GRAFFI, G. Old Debates and Current Problems: *Völkerpsychologie* and the question of the individual and the social in language. In: FORMIGARI, L., GAMBARARA, D. (eds.): *Historical Roots of Linguistic Theories*. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins, 1995. p. 171–184. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/sihols.74.11gra>

HOCKETT, C. F. The Origin of Speech. *Scientific American*, v. 203, p. 89–96, 1960. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/scientificamerican0960-88>

HOCKETT, C. F., ASHER, R. The Human Revolution. *Current Anthropology*, v. 5, p. 135–168, 1964. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/200477>

JESPERSEN, O. *Language*. London: Allen & Unwin, 1922.

MORPURGO DAVIES, A. *Nineteenth-Century Linguistics (= History of Linguistics, ed. by G. Lepschy, vol. IV)*. London and New York: Routledge, 2014.

MOUNIN, G. *Histoire de la linguistique des origines au XXe siècle*. Paris : P.U.F, 1974.

MUFWENE, S. S. The Origins and the Evolution of Language. In: ALLAN, K. (ed.): *The Oxford Handbook of the History of Linguistics*. Oxford: Oxford U.P., 2013. p. 13–52.

MÜLLER, M. Lectures on Mr. Darwin's Philosophy of Language. *Fraser's Magazine*, n. 7, p. 525–41, 659–78, 1873a.

MÜLLER, M. Lectures on Mr. Darwin's Philosophy of Language. *Fraser's Magazine*, n. 8, p. 1–24, 1873b.

MÜLLER, M. *Lectures on the Science of Language*, vols. 1 and 2 (New edition). London: Longmans, Green & co., 1885.

NICHOLS, J. Monogenesis or Polygenesis: A Single Ancestral Language for All Humanity? In: TALLERMAN, M.; GIBSON, K. G. (eds.): *The Oxford Handbook of Language Evolution*. Oxford: Oxford U.P., 2012. p. 558–572.

PAUL, H. Über Völkerpsychologie. *Süddeutsche Monatshefte*, Heft 10, p. 363–373, 1910.

PAUL, H. *Prinzipien der Sprachgeschichte*. 5th ed. Halle: Niemeyer, 1920.

ROUSSEAU, J. J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. 1755. [quoted from the edition by J. Starobinski. Paris: Gallimard, 1969. English translation by D. A. Cress, Indianapolis/Cambridge: Hackett].

RUHLEN, M. *On the Origin of Languages: Studies in Linguistic Taxonomy*. Stanford, Ca.: Stanford U.P., 1994.

SAUSSURE, F. De. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1922 (English transl. by W. Baskin. New-York: McGraw-Hill, 1959).

SCHLEGEL, F. *Über die Sprache und Weisheit der Indier*. Heidelberg: Mohr u. Zimmer, 1808 (English transl. by E. J. Millington. In: *The Aesthetic and Miscellaneous Works of Friedrich von Schlegel*, London: Bohn, 1849, 425–526).

SCHLEICHER, A. *Die deutsche Sprache*. Stuttgart: Cotta, 1860.

SCHLEICHER, A. *Über die Bedeutung der Sprache für die Naturgeschichte des Menschen*. Weimar: Böhlau, 1865.

SCHUCHARDT, H. *Hugo Schuchardt-Brevier. Ein Vademekum der allgemeinen Sprachwissenschaft*, zusammengestellt und eingeleitet von L. Spitzer. Niemeyer: Halle, 1928<sup>2</sup>.

SWADESH, M. *The Origin and Diversification of Language*. Chicago: Aldine, 1971.

TAVONI, M. "Renaissance Linguistics". In: LEPSCHY, G. C. (ed.), *History of Linguistics*. Vol. III: Renaissance and Early Modern Linguistics. London and New York: Longman, 1998. p. 1–108.

TIMPANARO, S. Friedrich Schlegel and the Development of Comparative Linguistics in the 19th Century. In: SCHLEGEL, F. *Über die Sprache und die Weisheit der Indier*. Ein Beitrag zur Begründung der Altertumskunde. With an introductory article by Sebastiano Timpanaro. Translated from the Italian by J. Peter Maher. Prepared by E. F. K. Koerner. Amsterdam: Benjamins, 1977. p. xi–xlvi.

TROMBETTI, A. *L'unità d'origine del linguaggio*. Bologna: Treves, 1905.

TRUBETZKOY, N. S. Gedanken über das Indogermanenproblem. *Acta Linguistica*, v. 1, p. 81–89, 1939. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03740463.1939.10410851>

WHITNEY, W. D. *Oriental and Linguistic Studies*. New York: Scribner, 1873.

WHITNEY, W. D. *Language and the Study of Language*. London: Trübner, 1884.

WHITNEY, W. D. *The Life and Growth of Language*. New York: Appleton, 1887.